

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Demonstrações financeiras acompanhadas
do Relatório dos auditores independentes

31 de dezembro de 2021 e 2020

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Avaliamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA, cujo Relatório dos Auditores Independentes foi emitido em 01 de março de 2021, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Piracicaba, 25 de março de 2022.

Moda Auditores Independentes S/S
CRC n.º 2SP021705/O-8
CVM n.º 8990



Luis Antonio Moda
Contador CRC n.º 1SP143555/O-0

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

	2021	2020
ATIVO	44.859.196,46	32.838.771,56
ATIVO CIRCULANTE	44.498.613,93	32.371.537,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	43.368.127,28	30.245.291,57
CAIXA - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	5.023,51	3.121,72
CAIXA (ESTADUAL)	5.023,51	3.121,72
CAIXA - RECURSOS COM RESTRIÇÃO	916,31	916,31
CAIXA (FEDERAL)	916,31	916,31
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO (ESTADUAL)	6.369.589,47	5.760.521,56
APLICACAO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL	4.314.881,20	4.170.046,25
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 3905-5)	2.053.870,61	1.586.629,25
APLICACAO BANCO DO BRASIL - 19836-6	837,66	3.846,06
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO (FEDERAL)	36.827.306,85	24.124.086,05
POUPANÇA CAIXA ECONOMICA FEDERAL	36.596.550,03	23.925.358,56
POUPANÇA - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - EDDIGITAL	147.991,71	144.121,65
CAIXA FIC SIGMA REF DI LP (C/C 003.693-5 CEF)	82.765,11	54.605,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO (ESTADUAL)	142.831,20	334.185,99
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 7142-0)	134.655,16	334.185,99
POUPANÇA BANCO DO BRASIL - AG 1897-X CTA 20031-X	8.176,04	-
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS C/ RESTRIÇÃO (OUTROS)	22.459,94	22.459,94
POUPANÇA - CAIXA ECONOMICA FEDERAL 2045-8	22.459,94	22.459,94
CREDITOS	1.098.260,79	2.095.442,19
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	830.962,57	1.684.210,47
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	830.962,57	1.684.210,47
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	267.298,22	411.231,72
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	267.298,22	411.231,72
ADIANTAMENTOS	12.541,83	12.213,98
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	12.541,83	12.213,98
ADIANTAMENTO DE FERIAS	12.541,83	12.213,98
DESPESAS ANTECIPADAS	1.563,68	456,35
DESPESAS ANTECIPADAS (ESTADUAL)	1.563,68	456,35
SEGURO APROPRIAR - PORTO SEGURO CIA SEGUROS - (EST)	-	239,15
ASSINATURA APROPRIAR - GAZETA DE PIRACICABA	30,00	15,00
ASSINATURA A APROPRIAR JORNAL CORREIO POPULAR (EST)	154,30	153,30
ASSINATURA A APROPRIAR - EDITORA GLOBO S.A. RIO DE JANEIRO	51,90	48,90
SEGUROS A APROPRIAR - SOMPO SEGUROS (EST)	827,62	-
SEGURO A APROPRIAR - ALLIANZ SEGUROS SA	432,36	-
ASSINATURA A APROPRIAR - DISTRIBUIDORA PRECOMA DE JORNAIS E	67,50	-
OUTROS CREDITOS	18.120,35	18.133,05
OUTROS CREDITOS	18.120,35	18.133,05
GARANTIAS DE ALUGUEL	18.100,00	18.100,00
TARIFAS BANCARIAS A COMPENSAR	0,35	33,05
ESTORNO FORNECEDORES A RECEBER (ESTADUAL)	20,00	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	360.582,53	467.234,42
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	185.295,88	189.647,71
RECURSOS ECOCUENCAS A RECEBER L.P.	185.295,88	189.647,71
RECURSOS ECOCUENCAS A RECEBER L.P.	185.295,88	189.647,71
ATIVO IMOBILIZADO	175.286,65	277.586,71
IMOBILIZADO DE USO - COM RESTRIÇÃO	810.312,78	862.844,59
VEICULOS	101.528,00	101.528,00
COMPUTADORES HARWARE	321.436,41	374.141,04
MOVEIS E UTENSILIOS	155.761,30	158.311,36
INSTALAÇÕES	18.015,57	15.292,69
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	33.471,50	33.471,50
COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	180.100,00	180.100,00
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-635.026,13	-585.257,88
(-) VEICULOS	-101.528,00	-101.528,00
(-) COMPUTADORES HARDWARE	-275.636,65	-270.583,97
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	-117.096,46	-112.584,24
(-) INSTALAÇÕES	-9.185,49	-7.898,14
(-) EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	-15.168,34	-12.275,74
(-) COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	-116.411,19	-80.387,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

BALANÇO PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

	2021	2020
PASSIVO	-44.859.196,46	-32.838.771,56
PASSIVO CIRCULANTE	-12.638.073,44	-13.736.927,46
FORNECEDORES	-314.200,53	-180.282,54
FORNECEDORES (FEDERAL)	-299.193,15	-173.375,48
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - (FED)	-	-4.841,20
TIM CELULAR S/A (FED)	-	-1.024,53
NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP (FED)	-94.908,93	-
ALGAR MULTIMIDIA S/A (FED)	-	-1.364,63
SHOUT AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP (FED)	-188.312,34	-60.805,36
BH PRESS COMUNICACAO - (FED)	-13.880,22	-10.875,00
IKHON GESTAO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA - (FED)	-	-2.674,27
IMAGEM SISTEMAS DE INFORMACOES LTDA - (FED)	-	-89.698,83
MC PROJETOS DE COMUNICACAO - (FED)	-2.091,66	-2.091,66
FORNECEDORES (ESTADUAL)	-15.007,38	-6.907,06
TELEFONICA BRASIL S/A - (EST)	-599,68	-1.070,27
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - (EST)	-438,28	-506,79
QUANTA CONSULTORIA LTDA - (EST)	-	-140,00
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA - (EST)	-	-4.000,00
MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTOES LTDA (EST)	-7.231,66	-
JT PUBLICIDADE COMUNICACAO E ASSESSORIA EIRELI - (EST)	-	-390,00
BARRACAO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA - (EST)	-740,00	-800,00
TIM CELULAR S/A (EST)	-1.218,31	-
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SAO PAULO -	-4.779,45	-
OBRIGAÇÕES A RECOLHER	-465.281,16	-420.073,63
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-83.347,07	-78.280,00
SALARIOS A PAGAR	-69.727,00	-75.313,00
ESTAGIOS A PAGAR	-8.700,00	-2.967,00
RESCISAO A PAGAR	-4.920,07	-
ENCARGOS S/ FOLHA DE PGTO	-50.239,62	-47.072,28
INSS A RECOLHER	-36.405,38	-37.461,52
FGTS A RECOLHER	-12.297,17	-8.542,90
PIS S/ FOLHA A RECOLHER	-1.537,07	-1.067,86
FERIAS E 13º SALARIO A RECOLHER	-232.238,42	-221.418,35
FERIAS A PAGAR	-172.120,65	-163.142,27
ENCARGOS S/ FERIAS A PAGAR	-60.117,77	-58.276,08
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-83.276,10	-55.041,65
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	-620,79	-13,20
IRRF S/ RENDIMENTO A RECOLHER	-40.107,03	-28.217,02
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	-11.217,16	-6.335,33
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	-186,54	-6,00
CONTRIBUICOES RETIDAS NA FONTE - CRF	-31.144,58	-20.470,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES (ESTADUAL)	-16.179,95	-18.261,35
CONDOMINIOS A PAGAR (ESTADUAL)	-7.082,32	-7.067,62
ALUGUEIS A PAGAR (ESTADUAL)	-8.522,30	-5.888,19
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR (ESTADUAL)	-575,33	-5.305,54
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-8.176,04	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-8.176,04	-
GARANTIA DE CONTRATO - MAPA ADM DE CONV E CARTOES (EST)	-8.176,04	-
PROVISAO P/ CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	-1.852.292,02	-502.610,85
PROVISAO P/ CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	-1.852.292,02	-502.610,85
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - EXERCICIOS ANTERIORES	-668.040,22	-728.538,69
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - EXERCICIO CORRENTE	-1.911.401,31	-713.768,46
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEIRA	-102.693,14	-114.824,41
(-) REALIZAÇÃO DO CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	829.842,65	1.054.520,71
PLANO DE APLICACAO PLURIANUAL 2017 -2020 (FEDERAL)	-1.248.509,14	-7.802.434,03
PAP - SISTEMAS DE INFORMACOES 2017 - 2020	-273.485,41	-2.344.807,74
PAP - SISTEMAS DE INFORMACOES - ACAO 1	-273.485,41	-1.473.676,06
PAP - SISTEMAS DE INFORMACOES - ACAO 2	-	-602.352,00
PAP - SISTEMAS DE INFORMACOES - ACAO 3	-	-268.779,68
PAP - POLITICA RECUPER., CONSERV. E PROTECAO DE MANANCIAS	-410.717,68	-1.529.734,11
PAP - POLITICA RECUPER CONSERV PROTECAO DE MANANCIAS ACAO 1	-209.860,00	-329.780,00
PAP - POLITICA RECUPER CONSERV PROTECAO DE MANANCIAS ACAO 5	-200.857,68	-451.764,87
PAP - POLITICA RECUPER CONSERV PROTECAO DE MANANCIAS ACAO 7	-	-748.189,24
PAP - RECUPERACAO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'AGUA 2017 - 2020	-	-1.102.958,64
PAP - RECUPERACAO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'AGUA - ACAO 2	-	-1.102.958,64

PAP - PROGRAMA DE USO RACIONAL DE AGUA 2017 - 2020	-	-178.603,75
PAP - PROGRAMA DE USO RACIONAL DE AGUA - ACAO 2	-	-178.603,75
PAP - CADASTRO E OUTORGAS 2017 - 2020	-	-309.095,35
PAP - CADASTRO E OUTORGAS - ACAO 1	-	-152.104,66
PAP - CADASTRO E OUTORGAS - ACAO 3	-	-156.990,69
PAP - MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO 2017 - 2020	-93.175,35	-515.282,43
PAP - MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO - ACAO 1	-93.175,35	-515.282,43
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL 2017 - 2020	-344.442,04	-709.036,56
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL - ACAO 2	-	-73.260,00
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL - ACAO 4	-39.642,04	-282.564,56
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL - ACAO 5	-	-48.412,00
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL - ACAO 9	-304.800,00	-304.800,00
PAP - SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITES PCJ 2017 - 2020	-2.990,10	-1.112.915,45
PAP - SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITES PCJ - ACAO 1	-	-63.366,68
PAP - SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITES PCJ - ACAO 4	-2.990,10	-896.679,17
PAP - SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITES PCJ - ACAO 5	-	-152.869,60
PAP - PROGRAMA DE RECUPERACAO DA QUALIDADE DAS AGUAS BACIAS	-123.698,56	-
PAP - PROGRAMA RECUPER. QUALIDADE AGUAS DAS BACIAS - ACAO 1	-123.698,56	-
GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS - 2021 - 2025	-3.211.790,89	-
SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE RECURSOS HIDRICOS	-291.984,32	-
DESENVOLVIMENTO, IMPL., MANUT., ATUALIZACAO SISTEMA DE INFORMACOES	-291.984,32	-
COBRANCA PELO USO DOS RECURSOS HIDRICOS	-982.551,00	-
DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DE SERVICOS E	-982.551,00	-
MONITORAMENTO HIDROMETEOROLOGICO	-1.200.190,67	-
MONITORAMENTO QUANTITATIVO DOS RECURSOS HIDRICOS SUPERFICIAIS	-1.200.190,67	-
COMUNICACAO, MOBILIZACAO SOCIAL, EDUCACAO E CAPACITACAO TECNICA	-737.064,90	-
COMUNICACAO SOCIAL VOLTADA AO FORTALECIMENTO DO COMITE DE BACIA	-636.726,02	-
CAPACITACAO TENCICA RELACIONADA AO PLANEJAMENTO E GESTAO DE	-100.338,88	-
AGENDA SETORIAL - 2021 - 2025	-3.311.611,34	-
RECUPERACAO DA QUALIDADE DA AGUA	-939.270,58	-
ELABORACAO DE PROJETOS P/ IMPLANTACAO DE NOVAS ETES VISANDO	-139.740,24	-
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS IMPL., EXPANS., E ADEQUACAO	-799.530,34	-
GESTAO DA DEMANDA	-161.711,36	-
ESTUDOS, PLANOS, PROJ., OBRAS OU SERV. P/ CONTROLE E REDUCAO	-161.711,36	-
PROTECAO E CONSERVACAO DOS RECURSOS HIDRICOS	-2.210.629,40	-
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E INTERV. REF RECUPERACAO OU	-2.210.629,40	-
APOIO AO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA - 2021 - 2025	-1.339.454,32	-
ACOES FINALISTICAS DO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA	-1.339.454,32	-
ORGANIZACAO E REALIZACAO DE REUNIOES, EVENTOS INTERNOS E	-170.581,32	-
SERVICOS DE TI P/ O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS DO	-568.328,00	-
SERVICOS DE TI P/ O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS DO	-600.545,00	-
CUSTEIO SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	-12.600,00	-1.800,00
CUSTEIO SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	-12.600,00	-1.800,00
CUSTEIO SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	-12.600,00	-1.800,00
RECEITA DIFERIDA - PROJETO PAPEL ZERO	-159.571,71	-155.736,65
RECEITA DIFERIDA - PROJETO PAPEL ZERO	-159.571,71	-155.736,65
RECEITA DIFERIDA - ENTIDADE DELEGATARIA DIGITAL (EDDIGITAL)	-127.000,00	-127.000,00
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO POUPANÇA (EDDIGITAL)	-32.571,71	-28.736,65
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - A REPASSAR C.P.	-662.477,48	-4.585.857,55
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2009	-	-165.779,04
0292.639-65/2009	-	-165.779,04
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2017	-69.970,34	-636.207,25
0482.612-82/2017	-	-307.194,81
0498.518-79/2017	-	-32.256,83
0498.485-89/2017	-69.970,34	-296.755,61
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2018	-	-1.720.673,53
0499.138-97/2017	-	-1.036.025,83
0499.148-11/2017	-	-666.764,52
0522.523-79/2018	-	-17.883,18
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS- 2019	-	-637.392,63
0532.960.89-2019	-	-120.104,81
0532.953.96/2019	-	-517.287,82
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2020	-592.507,14	-1.425.805,10
0541.024-34/2020	-65.825,54	-341.592,23
0539.120-61/2020	-355.961,81	-636.531,74
0540.724-89/2020	-12.255,44	-74.571,06
0540.726-07/2020	-82.357,29	-183.926,32
0539.134-21/2020	-15.522,06	-44.933,75
0540.775-00/2020	-60.585,00	-144.250,00
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	-52.108,81	-88.132,21
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	-52.108,81	-88.132,21
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	-52.108,81	-88.132,21

ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	-	-
ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	-	-
OBRIGACAO - ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	-319,38	-7.863,82
CONTA CORRENTE BB COB EST PTA (9209-6)	319,38	7.863,82
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-26.089.688,17	-13.468.269,35
RECEITAS DIFERIDAS (FEDERAL)	-24.086.261,57	-8.339.523,70
RECEITAS DIFERIDAS - REPASSES A.N.A. (FEDERAL)	-20.180.918,00	-5.700.728,77
RECURSOS FEDERAIS (REPASSES A.N.A.)	-20.180.918,00	-5.700.728,77
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEIRA (A.N.A.)	-3.905.343,57	-2.638.794,93
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEIRA (A.N.A.)	-3.905.343,57	-2.638.794,93
EMPREENDIMENTO CONTRATADOS - A REPASSAR L.P.	-426.234,66	-2.484.792,59
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS 2018	-	-2.484.792,59
0499.138-97/2017	-	-1.014.488,02
0499.148-11/2017	-	-1.470.304,57
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2020	-426.234,66	-
0539.120-61/2020	-280.569,93	-
0540.724-89/2020	-34.397,42	-
0540.726-07/2020	-55.951,23	-
0539.134-21/2020	-20.696,08	-
0540.775-00/2020	-34.620,00	-
PLANO DE APLICACAO PLURIANUAL (FEDERAL) 2017 - 2020 L.P.	-	-1.154.860,00
PAP - RECUPERACAO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'AGUA	-	-945.000,00
PAP - RECUPERACAO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'AGUA - ACAO 2	-	-945.000,00
PAP - POLITICA RECUPER., CONSERV. E PROTECAO DE MANANCIAS	-	-209.860,00
PAP - POLITICA RECUPER CONSERV PROTECAO DE MANANCIAS ACAO 1	-	-209.860,00
PLANO DE APLICACAO PLURIANUAL (FEDERAL) 2021 - 2025 L.P.	-560.911,41	-
RECUPERACAO DA QUALIDADE DA AGUA - L.P.	-425.124,91	-
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS IMPL., EXP., ADEUQACAO SIST.	-425.124,91	-
GESTAO DA DEMANDA - L.P.	-135.786,50	-
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS OU SERV. P/ CONTR. E REDUCAO	-135.786,50	-
RECEITAS DIFERIDAS (ESTADUAL)	-147.347,92	-349.126,23
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO S.E./COMITE (EST)	-147.347,92	-349.126,23
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO S.E./COMITE (EST)	-147.347,92	-349.126,23
PROJETO ECOCUENCAS L.P.	-207.755,82	-212.107,65
PROJETO ECOCUENCAS L.P.	-207.755,82	-212.107,65
PROJETO ECOCUENCAS L.P.	-337.765,12	-342.116,95
(-) VARIACAO PROJETO ECOCUENCAS A REALIZAR - L. P.	130.009,30	130.009,30
PROVISÕES	-661.176,79	-927.859,18
PROVISÃO P/ CONTINGENCIAS	-661.176,79	-927.859,18
PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS (FEDERAL)	-514.308,54	-687.736,77
PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS (ESTADUAL)	-146.868,25	-240.122,41
PATRIMONIO LIQUIDO	-6.131.434,85	-5.633.574,75
PATRIMONIO LIQUIDO	-6.131.434,85	-5.633.574,75
PATRIMONIO SOCIAL	-1.000,00	-1.000,00
PATRIMONIO SOCIAL	-1.000,00	-1.000,00
RESULTADOS ACUMULADOS	-527.202,89	-233.604,95
SUPERAVIT ACUMULADO	-527.202,89	-204.220,09
BENS (TRANSFERIDO DO CONSORCIO)	-	-29.384,86
FUNDO PATRIMONIAL	-5.603.231,96	-5.398.969,80
FUNDO PATRIMONIAL - (SUPERAVIT RECURSOS ESTADUAIS)	-5.603.231,96	-5.398.969,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

DEMONSTRAÇÕES DE DEFICIT/SUPERAVIT

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

	2021	2020
RECEITAS FEDERAIS - COM RESTRIÇÃO	15.158.799,90	20.259.802,76
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (REPASSES)	1.718.389,81	3.720.363,93
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (CUSTEIO FEDERAL)	829.842,65	1.054.520,71
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2013-2016)	-	323.821,49
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2017-2020)	7.091.546,36	15.113.652,20
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2021-2025)	5.482.997,68	-
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (EDDIGITAL)	36.023,40	47.444,43
RECEITAS ESTADUAIS - COM RESTRIÇÃO	198.544,58	261.963,56
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (SEC. EXEC. COMITE)	198.544,58	261.963,56
RECEITAS ESTADUAIS - SEM RESTRIÇÃO	2.131.489,11	1.944.492,89
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (CUSTEIO)	2.131.489,11	1.944.492,89
SUPERAVIT BRUTO	17.488.833,59	22.466.259,21
DESPESAS FEDERAIS	(15.144.788,73)	(20.247.743,87)
CUSTEIO FEDERAL	(815.831,48)	(1.042.461,82)
REPASSES P/ PROGRAMAS DE RECURSOS HIDRICOS	(1.718.389,81)	(3.720.363,93)
PROGRAMA DE APLICACAO PLURIANUAL 2013-2016	(7.091.546,36)	(323.821,49)
PROGRAMA DE APLICACAO PLURIANUAL 2017-2020	(5.482.997,68)	(15.113.652,20)
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	(36.023,40)	(47.444,43)
DESPESAS ESTADUAIS	(1.947.567,44)	(2.044.428,96)
CUSTEIO ESTADUAL	(1.752.393,14)	(1.785.880,15)
DESPEZA SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	(195.174,30)	(258.548,81)
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	184.659,08	66.339,67
DESPESAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	(46.682,65)	(38.548,25)
DESPESAS FINANCEIRAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	(1.964,75)	(1.068,64)
RECEITAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	233.306,48	105.956,56
DESPESAS TRIBUTARIAS	(53.933,61)	(36.205,96)
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS FEDERAIS)	(14.011,17)	(12.100,96)
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS ESTADUAIS)	(38.516,91)	(21.758,89)
DESPESAS TRIBUTARIAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	(1.405,53)	(2.346,11)
SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	527.202,89	204.220,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo Inicial	1.000,00	1.000,00
Saldo Final	1.000,00	1.000,00
(=) Patrimônio Líquido - Estadual	1.000,00	1.000,00
Superavit do Exercício - Estadual	527.202,89	204.220,09
Bens (Transferidos do Consórcio) - Federal	-	29.384,86
(=) Superavit Acumulado	527.202,89	233.604,95
Fundo Patrimonial - Estadual	5.603.231,96	5.398.969,80
(=) Patrimônio Social Total	<u>6.131.434,85</u>	<u>5.633.574,75</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

DEMONSTRAÇÕES DE DEFICIT/SUPERAVIT

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recursos Recebidos		
Federais	26.177.103,30	9.128.280,46
Estaduais	2.275.422,61	1.851.608,06
Estaduais (Comite)	-	10.561,10
Outros Recursos	8.010,44	0,00
Valores de Rendimentos Devolvidos - Empreendimentos	80.237,29	1.762,37
Pagamentos Realizados		
Aquisições de Bens e Serviços Contas Federais	-41.381,62	-178.996,28
Aquisições de Bens e Serviços Contas Estaduais	-748.763,32	-615.755,03
Aquisições de Bens e Serviços Contas Comite	-111.148,91	-141.779,50
Aquisições de Bens e Serviços EDDigital	0,00	-12.000,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Federais	-719.945,24	-839.975,71
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Estaduais	-1.110.479,16	-1.035.833,62
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Comite	-94.542,66	-109.584,16
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Federais	-14.011,17	-12.100,96
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Estaduais	-38.516,91	-21.758,89
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Comite	-1.405,53	-2.346,11
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas EDDigital	35,00	-17,50
Repasses para Empreendimentos Ctas Federais	-1.718.389,81	-3.720.363,93
P.A.P 2013-2016	-	-367.800,52
P.A.P 2017-2020	-7.206.588,47	-15.407.368,26
P.A.P 2021-2025	-5.224.192,44	-
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	11.511.443,40	-11.473.468,48

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Federais	1.369.241,78	1.530.992,35
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Estaduais	233.306,48	105.956,56
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Comite	7.566,27	10.135,02
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Outros Recursos	165,60	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados EDDigital	3.835,06	3.554,93
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas Federais	-2.722,88	-75.676,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas EDDigital	-	-11.580,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	1.611.392,31	1.563.382,86
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.122.835,71	-9.910.085,62
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	30.245.291,57	40.155.377,19
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	43.368.127,28	30.245.291,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2021	2020
Receita	17.488.833,59	22.466.259,21
Receitas das atividades (Federal)	15.122.776,50	20.212.358,33
Receitas das atividades EDDigital (Federal)	36.023,40	47.444,43
Receitas das atividades (Estadual)	2.131.489,11	1.944.492,89
Receitas das atividades (Secret. Exec. Comitês)	198.544,58	261.963,56
Insumos adquiridos de terceiros	-14.969.168,98	-19.918.261,57
(-) Serviços de terceiros (Federal)	-30.910,18	-54.616,98
(-) Serviços de terceiros (Estadual)	-131.550,69	-127.095,20
(-) Materiais, energia e outros (Federal)	-40,00	-923,57
(-) Materiais, energia e outros (Estadual)	-28.772,08	-28.884,68
(-) Outros custos e despesas operacionais (Federal)	-14.296.993,79	-19.212.526,72
(-) Outros custos e despesas operacionais EDDigital (Federal)	0,00	-12.000,00
(-) Outros custos e despesas operacionais (Estadual)	-285.727,94	-223.665,61
(-) Outros custos e despesas operacionais (Secret. Exec. Comitês)	-195.174,30	-258.548,81
Valor Adicionado Bruto	2.519.664,61	2.547.997,64
(-) Depreciações, amortização e exaustão (Federal)	-43.770,04	-59.482,94
(-) Depreciações, amortização e exaustão EDDigital (Federal)	-36.023,40	-35.444,43
Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	2.439.871,17	2.453.070,27
Receitas Financeiras (Estadual)	233.306,48	105.956,56
Total do Valor Adicionado	2.673.177,65	2.559.026,83
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	730.899,32	807.184,29
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	706.455,45	869.757,54
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	14.011,17	12.100,96
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	419.408,31	406.756,79
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	1.405,53	2.346,11
Capital de terceiros		
Despesas financeiras (Estadual)	46.682,65	38.548,25
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	1.964,75	1.068,64
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	6.152,00	65.522,87
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	218.995,58	151.479,22
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	527.202,89	204.262,16
Total do Valor Destinado	2.673.177,65	2.559.026,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A Agência das Bacias PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Comitês PCJ.

II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei Federal nº 11.638/2007, na Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal nº 12.973/2014 que alteram artigos da Lei Federal nº 6.404/76, e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais como a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III – Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade, transmitido via arquivo digital pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED, através do programa validador da Escrituração Contábil Digital (ECD) e, posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

IV - Resumo das práticas contábeis:

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem futuros benefícios econômicos para a entidade. Em resumo, é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os

ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Em resumo representa a “situação líquida” da entidade e é composto por:

-) Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
-) Bens (transferidos do – Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ): representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ;
-) Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos.

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário.

Nota 8) A partir de recomendação da Auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os recursos financeiros da cobrança federal, enquanto não realizado o efetivo desembolso, permanecem em duas diferentes modalidades de aplicação financeira. Os valores a serem utilizados num prazo inferior a 30 dias devem ser aplicados especificamente em fundo de renda fixa de curto prazo, cuja composição da carteira é de 100% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Portanto, a Agência das Bacias PCJ realizou a aplicação no Fundo Sigma da Caixa Econômica Federal, o qual atende os requisitos exigidos. Já os recursos financeiros a serem utilizados em prazo igual ou superior a 30 dias, devem permanecer aplicados em caderneta de poupança.

Nota 9) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$267.298,22 (duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos) refere-se aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias PCJ, em 2021, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2022.

Nota 10) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$830.962,57 (oitocentos e trinta mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), refere-se aos recursos a receber da ANA, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, nas bacias PCJ, em 2021, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2022.

Nota 11) O saldo da conta Recursos Ecocuenas a Receber, no valor de R\$185.295,88 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos) refere-se aos recursos a receber do Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima), a ser repassado à Agência das Bacias PCJ, por meio do projeto EcoCuenas.

Nota 12) Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Agência das Bacias PCJ, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATOS FORNECEDORES 2015			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 39/2015	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO – FESPSP	19/11/2021 a 18/05/2022	325.037,00
CONTRATOS FORNECEDORES 2017			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 10/2017	SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA	29/03/2021 a 28/03/2022	312.135,06
T.A. 38/2017	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	17/01/2021 a 16/01/2022	291.984,32
CONTRATOS FORNECEDORES 2018			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 31/2018	SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ - SIMEPAR	20/07/2021 a 19/07/2022	291.107,52
T.A. 33/2018	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP	20/08/2021 a 02/08/2022	982.551,00
T.A. 46/2018	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP	08/10/2021 a 08/10/2022	821.817,95
T.A. 56/2018	PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE LTDA	14/10/2021 a 13/04/2022	93.175,35
CONTRATOS FORNECEDORES 2019			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
CT 11/2019	BANCO DO BRASIL S/A	27/03/2019 a 26/09/2022	216.094,64
T.A. 07/2019	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	25/04/2021 a 24/04/2022	909.083,15
T.A. 14/2019	AACP SERVIÇO AMBIENTAL EIRELI ME	13/05/2021 a 12/05/2022	54.356,50
T.A. 37/2019	MANIFESTA CERIMONIAL EIRELI EPP	CT SUSPENSO PANDEMIA COVID-19	304.800,00
T.A. 41/2019	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERV. MEDICOS	11/12/2021 a 10/12/2022	51.900,95
T.A. 42/2019	J. P. NADIN – ME	19/08/2020 a 18/08/2022	3.040,00
T.A. 44/2019	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	27/12/2021 a 26/12/2022	273.485,41
T.A. 45/2019	IMAGEM GEOSISTEMA E COMÉRCIO LTDA	11/01/2021 a 10/01/2022	200.584,64
CONTRATOS FORNECEDORES 2020			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 02/2020	MACIEL ASSESSORES LTDA	27/01/2021 a 26/01/2022	159.781,32
T.A. 13/2020	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	21/06/2021 a 20/02/2022	209.860,00
T.A. 28/2020	MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	16/11/2021 a 16/11/2022	66.402,00
CONTRATOS FORNECEDORES 2021			
CT 01/2021	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	13/01/2021 a 12/01/2022	139.740,24
CT 07/2021	EQUILÍBRIO ENGENHARIA LTDA - ME	11/09/2021 a 10/03/2022	123.698,56
CT 09/2021	MAPA ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E CARTÕES LTDA	15/02/2021 a 14/02/2022	82.101,96
CT 11/2021	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - FUMEP	13/04/2021 a 12/10/2022	48.888,88
CT 13/2021	MÁRCIA CRISTINA ALVES DOS SANTOS	26/04/2021 a 25/04/2022	4.500,00
CT 15/2021	GABRIELA NERY DA SILVA DE MATTOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	10/05/2021 a 09/05/2022	8.400,00

CT 16/2021	BARRAÇÃO BOX DEPÓSITO INTELIGENTE LTDA	13/05/2021 a 12/05/2022	2.960,00
CT 18/2021	QUANTA CONSULT LTDA - ME	01/06/2021 a 31/05/2022	1.650,00
CT 22/2021	REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	11/06/2021 a 10/06/2022	24.600,00
CT 26/2021	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO – FUNEP	19/07/2021 a 31/12/2022	51.450,00
CT 27/2021	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	05/08/2021 à 04/08/2022	97.429,38
CT 29/2021	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	10/09/2021 à 09/09/2022	220.123,00
CT 30/2021	ACQUAVIVA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	13/09/2021 à 12/02/2022	10.800,00
CT 32/2021	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	05/11/2021 à 04/11/2022	600.545,00
CT 33/2021	BH PRESS COMUNICAÇÃO LTDA	23/09/2021 à 22/05/2022	59.178,00
CT 34/2021	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	22/10/2021 à 21/10/2022	348.205,00
CT 35/2021	VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	28/10/2021 à 27/10/2022	32.061,28
CT 37/2021	GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA - EPP	25/11/2021 à 24/11/2022	2.539,90
CT 38/2021	HIDROSTUDIO ENGENHARIA S/S	10/12/2021 à 09/12/2022	297.497,86
CT 39/2021	MEDIALINK COMUNICAÇÃO E MARKETING	06/12/2021 à 05/12/2022	305.055,00
CT 40/2021	VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	10/01/2022 à 09/01/2023	120.133,00
CT 41/2021	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	10/12/2021 à 09/12/2022	1.236.617,17
CT 42/2021	SERMESTRA SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME	17/12/2021 à 16/12/2022	4.209,00
CT 43/2021	PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.	30/12/2021 à 29/12/2022	1.224.655,25

Nota 13) O imobilizado foi registrado da seguinte forma: Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada.

Nota 14) Em 30 de dezembro de 2021, através do Termo de Doação nº 01/2021 foram doados 18 (dezoito) bens de informática, considerados inservíveis, à OSCIP Associação GAIA+ MJ nº 08071.002364/2015-97, inscrita no CNPJ sob o nº 21.354.603/0001-61, sendo destinados às atividades regimentais desse instituto, sendo as respectivas doações baixadas do ativo imobilizado da entidade. O Termo de Doação está fundamentado no item 8.3 da Portaria ANA nº 376, de 1º de junho de 2021, na conformidade dos elementos constantes no Processo Administrativo nº 2021.00002.000634-85.

Nota 15) Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2021, provisionados até a data de 31/12/2020, na esfera federal, no montante de R\$261.763,34 (duzentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), que representaram compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2020, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2021, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2020 com Pagamentos em 2021 – Federal	Valor – R\$
ALGAR MULTIMIDIA S/A	1.364,63
BH PRESS COMUNICAÇÃO	10.875,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	4.841,20
IKHON GESTÃO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA	2.674,27
IMAGEM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA	89.698,83
MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO	2.091,66
SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP	60.805,36
TIM CELULAR S/A	1.024,53
SALARIOS A PAGAR	58.511,00
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	6.335,33
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	20.470,10
FÉRIAS A PAGAR	3.071,43
TOTAL	261.763,34

Nota 15.1) Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2021, na esfera federal, o montante de R\$408.940,84 (quatrocentos e oito mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, rescisões de estagiários a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2021, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2022 ou, posteriormente, no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2021 com Pagamentos em 2022 – Federal	Valor – R\$
BH PRESS COMUNICAÇÃO	13.880,22
MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO	2.091,66
NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	94.908,93
SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP	188.312,34
SALARIOS A PAGAR	48.765,00
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	8.700,00
RESCISÕES A PAGAR	4.920,07
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	620,79
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	11.217,16
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	186,54
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	31.144,58
FÉRIAS A PAGAR	4.193,55
TOTAL	408.940,84

Nota 16) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores, na esfera estadual, no montante de R\$338.592,83 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos), os quais representaram compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2020, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2021, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar e encargos sobre férias, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2020 com Pagamentos em 2021 - Estadual	Valores em Reais
BARRAÇÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	800,00
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	506,79
JT PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA EIRELI	390,00
QUANTA CONSULTORIA LTDA	140,00
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	4.000,00
TELEFONICA BRASIL S/A	1.070,27
SALARIOS A PAGAR	16.802,00
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	2.967,00
INSS A PAGAR	37.461,52
FGTS A PAGAR	8.542,90
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.067,86
IRRF S/ RENDIMENTOS	28.217,02
INSS RETIDO TERCEIROS A RECOLHER	13,20
ISSQN RETIDO TERCEIROS A RECOLER	6,00
ALUGUÉIS A PAGAR	5.888,19
CONDOMÍNIOS A PAGAR	7.067,62
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	5.305,54
FÉRIAS A PAGAR	160.070,84
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	58.276,08
TOTAL	338.592,83

Nota 16.1) Valores provisionados em 2021, na esfera estadual, no montante de R\$370.540,85 (trezentos e setenta mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2021, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ, no exercício Social de 2022, ou, posteriormente, no caso das férias a pagar e encargos s/ férias conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2021 com Pagamentos em 2022 - Estadual	Valores em Reais
BARRAÇÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	740,00
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SAO PAULO - PRODESP	4.779,45
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	438,28
MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTÕES LTDA	7.231,66
TELEFONICA BRASIL S/A	599,68
TIM CELULAR S/A	1.218,31
SALARIOS A PAGAR	20.962,00
INSS A PAGAR	36.405,38
FGTS A PAGAR	12.297,17
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.537,07
IRRF S/ RENDIMENTOS	40.107,03
ALUGUÉIS A PAGAR	8.522,30
CONDOMÍNIOS A PAGAR	7.082,32
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	575,33

FÉRIAS A PAGAR	167.927,10
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	60.117,77
TOTAL	370.540,85

Nota 17) Férias a Pagar e Encargos: Foram “provisionados” com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial.

Nota 18) A conta Recursos Federais (ANA) é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (ANA) oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. A Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, estabelece que, do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio administrativo. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é dividido entre Repasse para os Empreendimentos contratados, Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020 e o Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025. A Resolução ANA nº 29 também define que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente, observada a limitação ora mencionada.

COBRANÇA FEDERAL – em R\$

Período	Arrecadação		Rendimentos Financeiros		Limite p/ Custeio (7,5%)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Janeiro	77.247,72	200.721,18	111.233,18	161.356,87	14.136,07	27.155,85
Fevereiro	111.809,64	106.444,14	111.148,81	157.801,60	16.721,88	19.818,43
Março	85.816,24	85.223,82	111.778,13	150.185,77	14.819,58	17.655,72
Abril	621.880,27	85.468,00	104.720,63	139.703,12	54.495,07	16.887,83
Mai	196.162,91	85.787,37	105.863,01	134.795,99	22.651,94	16.543,75
Junho	2.509.793,72	76.493,19	98.439,01	125.520,83	195.617,45	15.151,05
Julho	3.982.944,33	92.405,28	99.596,00	117.186,66	306.190,52	15.719,40
Agosto	4.600.500,49	1.702.196,34	103.617,77	109.073,56	352.808,87	135.845,24
Setembro	4.301.217,56	1.722.504,60	114.382,28	105.777,79	331.169,99	137.121,18
Outubro	4.071.687,76	1.808.775,01	124.291,03	109.242,32	314.698,41	143.851,30
Novembro	3.965.649,73	1.753.342,38	138.641,11	109.124,73	307.821,81	139.685,03
Dezembro	799.145,03	1.694.319,20	145.530,82	111.223,11	70.850,69	135.415,67
Total	25.323.855,40	9.413.680,51	1.369.241,78	1.530.992,35	2.001.982,28	820.850,45

Nota 18.1) A Agência das Bacias PCJ recebeu em 2021, a título de devolução de rendimentos financeiros, referentes aos repasses de empreendimentos contratados, o valor de R\$80.237,29 (oitenta mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), valor este que foi estornado à rubrica “Receita Diferida – Recursos Federais (ANA)”, com a finalidade de ser utilizado em novos projetos, empreendimentos ou no Programa de Aplicação Plurianual.

Nota 19) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$829.842,65 (oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL em R\$		
Discriminação das Despesas	2021	2020
Despesas Trabalhistas	730.899,32	820.224,29
Despesas Gerais e Administrativas	41.162,12	162.712,52
Despesas Tributárias	14.011,17	12.100,96
Depreciação Bens Fundação	43.770,04	59.482,94
Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	0,00	42,07
SUB –TOTAL (DSD)	829.842,65	1.054.562,78
(-) Depreciação Bens Transferidos do Consórcio PCJ	0,00	42,07
TOTAL	829.842,65	1.054.520,71

Nota 19.1) Ressalta-se que na nomenclatura “despesas trabalhistas” estão inclusos, de acordo com a Resolução ANA nº 29, de junho de 2020, apenas os valores dos salários líquidos, e 13º salário líquido dos Diretores da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários admitidos através de concurso público da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários aprovados em processo seletivo e reconduzidos do Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ, pois os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários, são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

Nota 19.2) Para cobrir o custeio administrativo do exercício 2021, a Agência das Bacias PCJ utilizou o saldo de R\$668.040,22 (seiscentos e sessenta e oito mil e quarenta reais e vinte e dois centavos), referente ao exercício de 2020, além de R\$161.802,43 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos) referente ao limite de custeio de 2021. Assim, para o exercício 2022, estará disponível o saldo remanescente de R\$1.852.292,02 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e dois centavos), tendo em vista a não utilização no exercício 2021.

Nota 19.3) As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais, são partes integrantes desses relatórios.

Nota 20) A conta provisão para contingências (federal) apresenta a seguinte composição:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – FEDERAL – em R\$		
PROVISÕES	2021	2020
Verbas Rescisórias	507.061,25	519.173,40
Processos Judiciais	7.247,29	7.247,29
Atualização Salarial - Convenções Coletivas	0,00	161.316,08
TOTAL	514.308,54	687.736,77

Nota 20.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em 2015 devido à entidade delegatária entender necessária a provisão para contingências, considerando que o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, teria vigência até 31 de dezembro de 2020. No entanto, celebrou-se o novo Contrato de Gestão nº 033/2020 com a ANA com vigência até 31/12/2025. Assim, visando evidenciar a possibilidade de não renovação ou mesmo o encerramento de forma antecipada, mediante a instituição de uma nova Agência de Águas nas Bacias PCJ, justifica-se a continuidade dessa provisão para contingências, em relação às verbas indenizatórias que seriam devidas no caso das rescisões contratuais de 9 colaboradores pagos com recursos da arrecadação federal. O valor foi constituído através do saldo de custeio administrativo (7,5%). Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2021.

Nota 20.2) Em 2021, houve o desligamento de dois funcionários pagos com recursos da arrecadação federal. A rescisão ocorreu por solicitação dos funcionários, não ocasionando a realização do valor provisionado, para fins indenizatórios. Para tanto, foi realizada a reversão da provisão para contingências, no valor de R\$54.402,46 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), valor esse estornado a rubrica de provisão para custeio federal (7,5%) – exercício corrente.

Nota 20.3) Em 2020, foi constituída provisão referente ao processo nº 0007773.07.2014.403.6105, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Campinas, sendo requerente CNDA – Conselho Nacional de Defesa do Meio Ambiente, e como requeridas a Agência das Bacias PCJ e Caixa Econômica Federal. A ação proposta pelo CNDA tem como objeto a desobrigação da restituição do valor de R\$144.945,81 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), bem como a exigência de pagamento de R\$30.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais. A decisão considerou que o CNDA estava desobrigado a realizar o pagamento do valor de R\$ 144.945,81, uma vez que já havia decisão do Tribunal de Contas da União neste sentido. Com relação aos danos morais, o processo foi julgado improcedente. Com base na decisão exarada, a Agência das Bacias foi condenada em honorários de sucumbência no valor de 10% sobre o valor da ação, apurando-se o valor de R\$14.494,58 (catorze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), valor que será atualizado até o momento do cumprimento da sentença, devendo a Agência das Bacias PCJ arcar com 50% do valor e a Caixa Econômica com

50% restantes. A Fundação Agência das Bacias PCJ recorreu a decisão, todavia, a mesma foi mantida em 2ª instância, tendo o processo transitado em julgado. Será iniciado o cumprimento da sentença, justificando a criação da provisão ora mencionada.

Nota 20.4) Seguindo recomendação da Superintendência de Administração e Finanças da ANA, em 2021, por meio de Nota Técnica nº 47/2021/CCONT/COGEF/SAF, foram revertidas as provisões constituídas em 2020, referente à atualização salarial, do período de maio de 2018 a abril de 2020, devido ao fato de que, desde maio de 2018, não há atualização salarial dos funcionários da Agência das Bacias PCJ devido à discussão judicial dos processos de Dissídios Coletivos do SEAAC Americana e Região. Também cabe destacar que o pleito formulado pela Agência das Bacias PCJ junto a Comissão de Política Salarial do Estado não foi autorizado, conforme despacho constante no processo de referência SFP-EXP-2021/152862.

Nota 21) De acordo com o relatório dos processos judiciais em andamento apresentado pela assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ, existe o processo nº 1010843-85.2018.8.26.0451, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba, sendo requerente a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, e requerida a Agência das Bacias PCJ. A autora questiona o critério de cobrança pelo uso da água captado no Sistema Cantareira, no período compreendido entre março de 2014 e novembro de 2016, lapso de tempo em que a Região Metropolitana de São Paulo foi atingida por uma grave crise hídrica, onde a ANA e o DAEE reduziram as vazões máximas médias mensais permitidas para captação, contudo, a base de cálculo pelo uso da água permaneceu respeitando a vazão outorgada estabelecida inicialmente. A partir disso, expõe fundamentos alegando ilegalidade no valor da cobrança pelo uso da água, requerendo assim a inexigibilidade do valor de R\$2.706.909,58 (dois milhões, setecentos e seis mil, novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos) depositado judicialmente. A Fundação Agência das Bacias PCJ contestou a ação. O processo encontra-se em 1ª instância, aguardando sentença. A assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ classificou a ação como possível perda, fato que não originou provisão de valores e, sim, apenas a contextualização nas notas explicativas.

Nota 22) A conta provisão para contingências (estadual) apresenta a seguinte composição:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – ESTADUAL – em R\$		
PROVISÕES	2021	2020
Verbas Rescisórias	146.868,25	123.563,80
Atualização Salarial - Convenções Coletivas	0,00	116.558,61
TOTAL	146.868,25	240.122,41

Nota 22.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em no exercício de 2018, referente a contingência trabalhistas, visando pagamento de verbas indenizatórias que seriam devidas no caso de rescisão contratual de 4 colaboradores pagos com recursos da arrecadação estadual. Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2021.

Nota 22.2) Em 2021, foram revertidas as provisões constituídas em 2020, referente à atualização salarial, do período de maio de 2018 a abril de 2020. Tal provisão é baseada no fato de que, desde maio de 2018, não há atualização salarial dos funcionários da Agência das Bacias PCJ devido à discussão judicial dos processos de Dissídios Coletivos do SEAAC Americana e Região. Destaca-se que o pleito formulado pela Agência das Bacias PCJ junto à Comissão de Política Salarial do Estado, para aplicação dos índices de 1,70% na data base de maio/2018 e de 5,07% na data-base de maio/2019, não foi autorizado, conforme despacho constante no processo de referências SFP-EXP-2021/152862.

Nota 23) A conta empreendimentos contratados refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (inclusive no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ, repassados pela Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização da Caixa Econômica Federal, agente técnico e financeiro.

Nota 24) Em 2017, os Comitês PCJ, através da Deliberação nº 258/2016, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2017 a 2020,

investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. As ações serão contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 25) Em 2020, os Comitês PCJ através de Deliberação nº 345/2020, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2021 a 2025, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União das bacias PCJ. As ações serão contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 26) O projeto EcoCuencas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ assegurou, por meio da assinatura de um Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil).

Nota 26.1) No exercício de 2021, não ocorreram repasses à Agência das Bacias PCJ pela Comissão Europeia, e não houve desembolso referente a esse projeto.

Nota 26.2) No encerramento do exercício de 2021 o saldo a ser realizado pelo Projeto EcoCuencas, apresentava o montante de R\$337.765,12 (trezentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), reconhecido em conta do passivo “Projeto Ecocuenas”, saldo esse que apresentou variação cambial no fechamento das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, de R\$4.351,83 (quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos).

Nota 27) Os empreendimentos contratados, reconhecidos no passivo circulante, terão seu desembolso durante o ano de 2022, de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro dos contratos celebrados entre o tomador do recurso e a Caixa Econômica Federal. Os desembolsos previstos, com prazo maior que doze meses, estão reconhecidos no passivo não circulante, e apresentam a estimativa de conclusão conforme quadro demonstrativo abaixo:

EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS A REPASSAR – Em R\$			
CONTRATO	2023	2024	2025
0539.120-61/2020	280.569,93	0,00	0,00
0540.724-89/2020	13.113,32	14.031,25	7.252,85
0540.726-07/2020	55.951,23	0,00	0,00
0539.134-21/2020	20.696,08	0,00	0,00
0540.775-00/2020	34.620,00	0,00	0,00
TOTAL	404.950,56	14.031,25	7.252,85

Nota 28) Os projetos contratados do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2017 a 2020, terão seu total desembolso durante o ano de 2022.

Nota 28.1) Os projetos contratados do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2021 a 2025, reconhecidos no passivo não circulante, terão seu total desembolso durante o ano de 2023 de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro.

Nota 29) Os recursos financeiros disponíveis na conta “Receitas Diferidas – Repasse ANA (federal) estão provisionados no Passivo Não Circulante, tendo em vista que serão finalizados processos licitatórios e celebrados contratos em 2022 pela Agência das Bacias PCJ e tomadores de recursos para empreendimentos, sendo que os desembolsos deverão ser realizados nos exercícios de 2022 e 2023, conforme previsão de cronograma físico-financeiro.

Nota 30) A partir das informações disponibilizadas no Balanço Patrimonial do exercício 2021, o quadro a seguir esclarece com maior detalhamento a estimativa dos compromissos de curto e longo prazos a serem realizados com recursos da cobrança federal pela Agência das Bacias PCJ no período de 2022 a 2025.

GRUPO	Estimativa de Desembolso – em R\$			
	2022	2023	2024	2025
Custeio administrativo	1.852.292,02	-	-	-
Repasse para Empreendimentos	662.477,48	404.950,56	14.031,25	7.252,85
Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020	1.248.509,14	-	-	-
Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025	7.862.856,55	560.911,41		
Receitas Diferidas	-	9.634.504,63	9.634.504,63	4.817.252,31
Total	11.626.135,19	965.861,97	14.031,25	7.252,85

Nota 31) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 – Receitas e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na **Demonstração de Superávit ou Déficit**;

Nota 31.1) As receitas são subdivididas em Federais (ANA), Estaduais (FEHIDRO), Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês), Projeto EcoCuencas e Projeto Papel Zero (EDDigital), conforme quadros demonstrativos abaixo:

Receitas Federais	2021 – (R\$)	2020 – (R\$)
Receitas Transferência Federal (repasse)	1.718.389,81	3.720.363,93
Receitas Transferência Federal (custeio)	829.842,65	1.054.520,71
Receitas Transferência Federal (PAP 2013-2016)	0,00	323.821,49
Receitas Transferência Federal (PAP 2017-2020)	7.091.546,36	15.113.652,20
Receitas Transferência Federal (PAP 2021-2025)	5.482.997,68	0,00
Receitas Transferência Federal (EDDigital)	36.023,40	47.444,43
Total das Receitas Federais	15.158.799,90	20.259.802,76

Receitas Estaduais	2021 – (R\$)	2020 – (R\$)
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	2.131.489,11	1.944.492,89
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	233.306,48	105.956,56
Receitas Transferência Estadual (Secretaria Executiva Comitês)	198.544,58	261.963,56
Total das Receitas Estadual	2.563.340,17	2.312.413,01

Nota 31.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 31.3) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira do setor elétrico, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 31.4) Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%), conforme Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água nas Bacias PCJ.

Nota 31.5) Os recursos de origem do Projeto EcoCuencas são aportados pela Comissão Europeia, sendo que a Agência das Bacias PCJ deve respeitar as normas para adjudicação de contratos pelos beneficiários de subvenções no marco das ações exteriores da União Europeia quando utilizar tais recursos financeiros.

Nota 31.6) Os recursos de origem do Projeto Papel Zero – Entidade Delegatária Digital são recursos federais do orçamento da Agência Nacional de Águas, repassados à Agência das Bacias PCJ, conforme segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, com a finalidade de implantação de um sistema digital de gestão de documentos, procedimentos arquivísticos e aquisição de equipamentos de informática. A partir do exercício de 2021 haverá a continuidade do projeto ED

Digital com a contratação de serviços relacionados ao tratamento e digitalização dos arquivos físicos produzidos pela Agência das Bacias PCJ no período de 2009 a 2020. Também haverá a contratação de manutenção e customização de funcionalidades do sistema de gestão de documentos utilizados pela entidade.

Nota 31.7) Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, e do Projeto EcoCuencas, bem como, os recursos Projeto Papel Zero – EDDigital, são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura.

Nota 31.8) Em 2021, foi recebido a título de garantia contratual, o montante de R\$ 8.010,44 (oito mil e dez reais e quarenta e quatro centavos), referente ao contrato 09/2021 Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda. O valor representa 5% do valor do contrato e será restituído ao prestador após a execução total do contrato. Foi aberta Conta Poupança Banco do Brasil (Agência 1897, Conta 20031-x) para esta finalidade, e em contrapartida criada a conta do passivo “GARANTIA DE CONTRATO – MAPA ADM DE CONV E CARTOES”.

Nota 31.9) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.”

Ainda, item 15A:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual Secretaria Executiva dos Comitês, EDDigital, quanto de outras fontes, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 32) A Agência das Bacias PCJ é responsável por transmitir informações necessárias para emissão de boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, ao Banco do Brasil e também, prestar contas à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos dos recursos recebidos para custeio, conforme contrato de prestação de serviços de cobrança bancária firmado entre as partes acima mencionadas. A modalidade de cobrança bancária utilizada é a “Cobrança com Registro”, Convênio 2477882, na qual, a Agência das Bacias PCJ deverá enviar informações de cobrança dos usuários ao Banco do Brasil via arquivo digital e acompanhar diariamente a movimentação e controle da conta. Para tanto, a Agência das Bacias PCJ para controle dos valores arrecadados, apresenta conta bancária, no passivo denominada “Conta Banco do Brasil nº 9209-6 FEHIDRO (SIAFEM)”, onde é reconhecida a movimentação diária, porém, por não ser de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ a autorização da realização das saídas dos recursos financeiros, a movimentação é nula no resultado do período. Foram reconhecidas apenas as transferências FEHIDRO de até 10% (dez por cento) dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ para despesas de custeio administrativo e pessoal estabelecido na proposta orçamentária para o exercício de 2021 aprovada pelos Comitês PCJ através da Deliberação dos Comitês PCJ nº 347/20, de 11/12/2020, bem como no Decreto Estadual nº 50.667/2006, o qual estabelece os condicionantes para o fluxo financeiro e da aplicação dos recursos da cobrança estadual pelo uso dos recursos hídricos. No encerramento do exercício, esta conta apresentava saldo de R\$319,38 (trezentos e dezenove reais e trinta e oito centavos).

Nota 33) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Repasses para empreendimentos;
- c) Plano de Aplicação Plurianual (2017-2020 e 2021-2025);
- d) Secretaria Executiva Comitês PCJ;
- e) Projeto EcoCuencas;
- f) Projeto Papel Zero (EDDigital).

Nota 34) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações dos Comitês PCJ e os limites para custeio administrativo.

Nota 35) O superávit do exercício de 2021, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$527.202,89 (quinhentos e vinte e sete mil duzentos e dois reais e oitenta e nove centavos) e será alocado no patrimônio da entidade na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais	
	2021	2020
Bens (transferidos do Consorcio PCJ) – Patrimônio Líquido	0,00	(42,07)
Fundo Patrimonial	527.202,89	204.262,16
Superávit exercício 2021	527.202,89	204.220,09

Nota 36) O saldo remanescente à rubrica Bens (transferidos do Consórcio PCJ) que figurava no Patrimônio Social da Agência PCJ, foi baixada conforme doação realizada em 30 de dezembro de 2021, através do Termo de Doação nº 01/2021, portanto os ativos imobilizados oriundos de transferência do Consórcio PCJ, foram doados ou encontram-se totalmente depreciados.

Nota 37) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 37.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 37.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde é discriminado abaixo os valores efetivamente recebidos em 2021, bem como os pagamentos efetuados.

Movimentação Financeira – Federal – em R\$		
	2021	2020
Saldo Inicial	23.980.880,71	33.922.127,19
(+) Recursos Recebidos	26.177.103,30	9.128.280,46
(+) Rendimentos Financeiros	1.369.241,78	1.530.992,35
(+) Valores Rendimentos Devolvidos Empreendimentos	80.237,29	1.762,37
(=) Sub Total	51.607.463,08	44.583.162,37
(-) Desembolsos Custeio Federal	775.338,03	1.031.072,95
(-) Desembolsos Repasses Empreendimentos	1.718.389,81	3.720.363,93
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2013-2016)	0,00	367.800,52
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2017-2020)	7.206.588,47	15.407.368,26
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2021-2025)	5.224.192,44	0,00
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo	2.722,88	75.676,00
Saldo Final	36.680.231,45	23.980.880,71

Movimentação Financeira – Estadual – em R\$		
	2021	2020
Saldo Inicial	6.097.829,27	6.046.625,84
(+) Recursos Recebidos Custeio	2.275.422,61	1.851.608,06
(+) Recursos Recebidos – Secr. Exec. Comitês	0,00	10.561,10
(+) Rendimentos Financeiros Custeio	233.306,48	105.956,56
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva	7.566,27	10.135,02
(=) Sub Total	8.614.124,63	8.024.886,58
(-) Desembolsos Custeio Estadual	1.897.759,39	1.673.347,54
(-) Desembolsos Secretaria Exec. Comitês	207.097,10	253.709,77
Saldo Final	6.509.268,14	6.097.829,27

Movimentação Financeira – EDDigital – em R\$		
	2021	2020
Saldo Inicial em 01/01/2020	144.121,65	164.164,22
(+) Recursos Recebidos EDDigital	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	3.835,06	3.554,93
(+) Estorno de Tarifas Bancárias	35,00	0,00
(=) Sub Total	147.991,71	167.719,15
(-) Desembolsos EDDigital	0,00	12.017,50
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo	0,00	11.580,00
Saldo Final	147.991,71	144.121,65

Movimentação Financeira – Outras Fontes – em R\$		
	2021	2020
Saldo Inicial	0,00	0,00
(+) Recursos Recebidos – Garantia Contratual	8.010,44	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	165,60	0,00
(=) Sub Total	8.176,04	0,00
(-) Desembolsos Outras Fontes	0,00	0,00
Saldo Final	8.176,04	0,00

Nota 38) Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

Nota 38.1) Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas, conforme previsão no Cap. IX, art. 30 do Estatuto Social da Entidade.

Nota 39) Cobertura de Seguros:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, atendendo principalmente o princípio contábil de continuidade.

ITEM SEGURADO	COBERTURA – em R\$	VIGÊNCIA
Empresarial	1.920.000,00	12/07/2021 a 25/05/2022
Vida em grupo	650.000,00	22/01/2021 a 22/01/2022
Gol EGR-1136	80.000,00	21/03/2021 a 21/03/2022
Gol EGR-1303	80.000,00	21/03/2021 a 21/03/2022
Polo EZT-1031	80.000,00	06/03/2021 a 06/03/2022